

Mendigos Piratas Videntes

Fabiane Borges e Thiago Novaes

Mendigos, piratas e videntes são figuras emblemáticas. Três performances históricas, míticas, que se interpenetram, apesar de significarem diferentes ocos. Observamos na imagem da decadência, da ilegalidade e da intuição visionária, uma linha que atravessa diretamente os modos de subjetivação produzidos na sociedade contemporânea: nosso foco se concentra, porém, em algumas práticas “ativistas/militantes” dentro dos campos da arte, da comunicação e da tecnologia.

Trata-se de redes engajadas na “transformação do mundo”, que usam sua inteligência e seu tempo para criarem conteúdos culturais e disponibilizá-los, que reivindicam a apropriação pública de bens proprietários, materiais ou imateriais, que cultivam posturas político-afetivas, como generosidade e compartilhamento, criando não só gestos simbólicos, mas (também) programas e metodologias. Grupos que reconhecem que habitam o cerne da transformação do trabalho, cujos motes políticos são a distribuição dos meios de produção¹ e os processos cotidianos de transformação.

Essas redes se expandem a partir da construção de plataformas comunicacionais que dependem de toda uma parafernália técnica que envolve criação de softwares, instalação de antenas, transmissores de rádio, gambiarras, reciclagens, computadores, construção de sites. Redes nas quais estão previstas políticas de acesso e também todo um aparato ético e conceitual praticado local e globalmente, que requer um grande investimento abstrato, afetivo e intelectual, que convença pessoas, que desperte curiosidade e interesse. Tarefa árdua, que pode trazer muito sofrimento, desespero e posturas radicalizadas, principalmente quando esses grupos mal têm possibilidades de sustentar suas próprias ações de forma autônoma e colaborativa.

Quando vem à tona o problema da sustentabilidade, os projetos vão tomando aspectos nebulosos. É aqui neste nóculo que presenciamos as cenas mais difíceis, as cooptações, as crises de representação, as burocratizações, a perda de fé na “transformação da vida e do mundo”.

¹ O avanço das forças produtivas dos meios de comunicação se encontra em evidente contradição em relação ao controle dos meios sociais de comunicação, mostrando o quanto é atual a tese marxiana, que hoje aponta para a radical transformação das relações sociais a partir do compartilhamento e da apropriação descentralizada da internet.

Mendigos

Existe uma máquina de produção de subjetividade “mendiga” que opera nessas redes. As forças políticas e econômicas investem um parco dinheiro para projetos compartilhados entre muitas pessoas. Não há muitas políticas que privilegiem ações produzidas em rede, sendo mais comum o investimento em pequenos grupos ou em indivíduos, pois trata-se de uma máquina que tem como engrenagem fundamental um padrão generalizado de representação que inclui um forte sentido de controle, hierarquia, poder e reconhecimento. Isso implica a modificação de comportamentos. Aos poucos, esses militantes/ativistas se tornam mais competitivos, menos colaborativos e mais interesseiros. Viram mendigos. Essa mendicância metodológica é uma forma de controle das mais bem intencionadas e perversas, pois se firma no sentido de escassez e produz subjetividades servis com aparência de empoderamento.

Os sujeitos são induzidos a organizarem seu tempo e sua disponibilidade conforme o interesse de órgãos financiadores. Entretanto, o que a princípio poderia ser só uma forma de sustentar as ações coletivas, cai facilmente numa situação de dependência, onde a força mobilizada para as ações deixa de funcionar em rede para se tornar individualista, arrivista, o que faz das discussões relativas ao nosso tempo uma troca de informações sobre os últimos projetos. A força de mobilização se enfraquece e passa-se inclusive a nutrir uma sensação de mal-estar quando se intui a presença dela.

Toda a mobilização de afeto e inteligência passa a ser utilizada para a sustentação do próprio nome, do próprio projeto, da própria causa em detrimento de toda uma rede que apregoa a liberdade. As redes vão sendo representadas por grupos que fazem apropriação indevida de conceitos construídos colaborativamente. São constituídos fóruns de negociação junto às instâncias de poder que criam mais segregação; a rede é tornada base, rebaixada a uma situação de “representados” (espera e pouco acesso aos conteúdos e principalmente às decisões). Os grupos começam a se credenciar, a burocratizar suas relações internas, tornam-se competitivos entre si, pois é preciso se profissionalizar no pedido de mais verba. Quando um grupo de produtores civis, uma rede de ativistas ou uma comunidade se tornam mendigos serializados, algo de importante se perde. Talvez a espontaneidade, a vontade de multidão, algo da potência simples e estrondosa da vida.

Esta é uma questão velha, mas com traços bem contemporâneos. Se o fomento a projetos da sociedade civil surge a partir de acordos entre empresas, corporações e Estados, com a delimitação dos planos assistidos e isenção de impostos, resta-nos perguntar: que lugar ocupam as redes sociais nas decisões desses processos? Quem autoriza que as redes sociais sejam apropriadas, representadas, que se criem fóruns de representação sobre suas práticas, que sejam tornadas bases? Com que autoridade os sujeitos se empoderam a ponto de sentirem-se representantes das redes, colocando-se a falar de e sobre mobilizações que são coletivas e abertas?

Existe algo de nefasto nessa máquina de distribuição de dinheiro público para projetos artísticos, sociais, tecnológicos e ecológicos, demonstrado nas políticas de concessões, nos tratos com as redes, nas políticas de representação, que é a decisão sobre o que é digno de ser legitimado.

Piratas

O “Pirata” como figura histórica e lendária sugere—nos autonomia e constante estado de prontidão. Negocia com mercenários, governos, estados. O pirata é um dos ícones mais contemporâneos no universo das redes, é um sobrevivente da ilegalidade: sua tarefa é apropriação e traslado, sobrevive do roubo, da cópia, do *sampling*², da replicação. Peter Lamborn³ conta—nos sagas interessantes sobre os piratas, alertando—nos que desde seu surgimento trabalhavam em rede, ao contrário da imagem de sanguinários sempre navegando no mar a procura de confrontos. Ele nos dá exemplos históricos de como tinham pontos de chegada para passagem dos produtos conquistados, faziam comércio alternativo e se aventuravam em guerras pontuais. De muitas delas, levavam consigo marinheiros rebeldes que odiavam servir às cortes e sonhavam com mais empoderamento pessoal e liberdade. Sim, evidentemente, muitos foram assassinos, tiranos, mas o que nos interessa é o seu frequente paralelismo.

A extrema identificação que se produz entre os piratas e os que se apropriam dos produtos culturais da nossa época, não é à toa. É sempre de um ponto de vista do poder que a história nos é contada, e essa postura convoca todo um sentimento de temor e ilegitimidade que gira em torno dos piratas. Muitos ativistas das nossas redes são considerados piratas, e acionados juridicamente. Alguns, inclusive, cumprem sentença por passarem informações indevidas, liberarem senhas, partilharem fórmulas farmacêuticas, disponibilizarem livros, filmes — conhecimentos que contêm selo de propriedade intelectual. Da mesma forma, assistimos camelôs perseguidos diariamente, com seus produtos apreendidos, e uma vasta campanha contra seus circuitos. “Pirataria é crime”, está em praticamente todos filmes que vemos, inclusive os piratas. Uma onda de contenção à possibilidade de acesso.

Aqui no Brasil, uma das histórias lendárias sobre programa pirata coletivo aconteceu a partir do Festival Mídia Tática Brasil (São Paulo/2003), que foi um marco da cultura digital. Várias redes de ativistas se organizaram em torno da plataforma de política pública que veio a ser conhecida como Cultura Digital, do Ministério da Cultura. Tratava—se da infiltração de agentes dessas redes no circuito político burocrático responsável pela alocação de recursos financeiros e a mobilização de signos para toda a sociedade brasileira. Houve uma espécie de ocupação dos espaços ministeriais para fazer vingar e acelerar o processo de tomada de decisão e implementação de políticas voltadas a toda a cultura emergente do

2 *Sampling* – pegar um trecho de uma música, modificá-la, reutilizá-la de maneira que às vezes não se possa reconhecer a origem. Isso foi considerado um abuso de direitos de propriedade intelectual e deu origem ao movimento de flexibilização do direito de autor. “Eu vou sampliar, eu vou te roubar, roubar, roubar”, música do grupo *Originais do Sampler*, 2004.

3 Wilson, Peter Lamborn. *Utopias piratas: mouros, hereges e renegados*. São Paulo: Conrad, 2001.

compartilhamento de bens não rivais; generosidade intelectual, que é o contrário da busca pelo excedente, pela acumulação, pelo gasto utilitarista e explorador.

Os bens culturais compartilhados operam com a lógica da abundância, da generosidade, signos novos que invadiram o Ministério e causaram grandes confusões, devido às distâncias, às vezes abissais, entre as teorias libertárias e sua aplicação. Evidentemente, tal conjunto de ações desprestigiou o rito burocrático a ponto de se inviabilizarem muitos processos. A misoginia foi um dos problemas deflagrados nesse processo. As mulheres que participavam da implementação do projeto sofriam preconceitos, eram desconsideradas, demitidas, uma onda de machismo tomou conta da política, os jogos de poder retiraram muitas mulheres do campo de ação. Isso se tornou assunto exaustivamente discutido nos encontros presenciais das redes, relatos em blogs, sofrimentos compartilhados, que se juntavam a problemas com a demora na aplicação de recursos e sectarismos. Desencadeou-se uma crise que repercutiu não só dentro do Estado, como também nos vários setores interessados no programa nacional, inclusive nos encontros presenciais de ativistas da cultura livre. Houve abandonos coletivos do projeto em retaliação a demissões autoritárias, promovidas por agentes da burocracia. A partir disso, uma série de confusões foram sendo criadas entre os que assumiram o projeto, mesmo que modificado dentro da estrutura governamental, e os que devolviam o projeto para a sociedade civil, com seu retorno às ações nas pontas, nas bases.

Enquanto isso o projeto crescia dentro e fora do país, somando recursos e capital simbólico em torno de uma alternativa ao descongelamento dos mercados. É importante destacar que esse processo não tratava apenas de uma apropriação, pelo Estado, de um projeto de vanguarda da cultura livre, mas também de um saque promovido por novos piratas digitais que se arrogaram hackers do governo. Durante certo tempo, eles puderam circular livremente nos espaços políticos e conceituais do Estado, implementando um dos projetos mais importantes do governo popular, que são os conhecidos Pontos de Cultura (*cultural hotspots*). Os piratas digitais foram salvaguardados pela performance do ministro tropicalista e alguns dos seus confiantes, que são uma referência de atitude de vanguarda artística e política para a maioria dessas redes. Eles incorporaram os novos discursos, apoiaram propostas políticas horizontais e bancaram muitas de suas reivindicações.

Essa primeira fase de implementação dos Pontos de Cultura foi um encontro com o Brasil profundo⁴, com comunidades de saberes que vieram a se entrecruzar por conta dessa apropriação de meios de produção. Era uma ideia comunista que perpassava as subjetividades dos representantes do Estado e que foi atualizada por uma prática libertária de vanguarda, que reconhecia que sem esses atravessamentos comunistas, o projeto não seria viável, ainda mais com propostas emancipa-

4 Cf.: Fonseca, Felipe. *Em busca do Brasil profundo. Apropriações tecnológicas – Emergências, textos, ideias e imagens do Submidialogia 3*. Ed. EDUFBA Salvador, BA, 2007. Disponível on-line. In: http://pub.descentro.org/wiki/apropri%C3%A7%C3%B5es_tecnol%C3%B3gicas_emerg%C3%Aancia_de_textos_id%C3%A9tas_e_imagens_do_submidialogia3

doras: apropriação tecnológica, software livre, gênero e tecnologia, generosidade intelectual, programas imersivos, troca de saberes, pedagogia horizontal, permacultura. Os novos piratas conseguiram, surpreendendo-se a si mesmos, colocar em pauta um pensamento político que era partilhado em escalas pequenas, que foram chamadas ao exercício de uma grande política pública.

Apesar dos novos piratas terem habilidade de entrarem e saírem das políticas governamentais, nem todos se dão conta dos efeitos prolongados que a burocracia do sistema institui sobre seus corpos, suas mentes, suas ações, que permanece neles em quantidades que eles desconhecem, mas que se reproduzem em seus fazeres cotidianos ou seus ativismos de rede.

A ambiguidade reside no fato de que as forças de sedução do poder podem ser arrebatadoras; muitos piratas se deixam vencer por essa sedução. Abandonam as forças políticas da autonomia em troca de uma visão de poder, pragmático–realista (*Realpolitik*). Para que isso não aconteça, é necessário não perder o pensamento intuitivo, a vidência, o terceiro olho, aquele que vê por entre as coisas, que discerne as intenções, as energias envolvidas no jogo do poder, no jogo das redes, os padrões de interesses e as relações de forças e, principalmente, não se deixar cair pela magnitude da representação⁵.

Vidente

“Vidente” é quem vê, vê mais do está sendo visto, vê o obvio velado da realidade. Não deixa de ser marginal, geralmente carrega alguns atributos da mendicância como o não engajamento total no mundo dos homens; mas trata-se de outro tipo de pobreza, não a do mendigo escravo, submisso a seus hospedeiros. A própria pirataria não abre mão de seus videntes. Navios piratas tinham seus videntes, ou paravam em certos portos para eventuais consultas.

A intuição se distancia dos domínios da utilidade: ela explora a indeterminação da existência, tanto de objetos quanto de crenças e desejos. O pensamento desagregado, paranoico, alucinado, nem sempre está distante do foco, como aparentemente se mostra; é como se utilizasse a passagem dos acontecimentos, das cadeias que os atravessam, como revelação de uma realidade que não cabe somente no ponto deflagrado. É o próprio pensamento em rede que se afasta da causalidade, que não se contenta em pensar as linhas históricas, mas todo o ambiente – tangencialidades ínfimas, sequer suspeitas. É uma testemunha atemporal que converte em imagens, em linguagens diferentes, sua assertividade delirante.

Temos no tecno–xamã uma figura da vidência, da transvaloração ecosófica, que transborda as barragens ontológicas modernas para irromper com híbridos nem sempre controlados e fantasias reveladoras, aportando novas sensibilidades em um mundo desconcertado. Se o cientista é o mediador da verdade e do conhecimento, e o xamã o mediador da cosmologia e da história de um povo, temos no

⁵ “O esperto ao contrário”, “o trocadilo” e o “controle remoto” são algumas das expressões que a intuição de Estamira concebeu para tratar desses fenômenos perversos. Ver: Prado, Marcos. *Estamira*. Documentário. Brasil: Rio filme/Zazem produções audiovisuais, 2006. Duração 115 min.

tecno-xamã o criador de um ambiente estético de subversão dos usos previstos da técnica pelo mercado, pela família, pelos aparelhos de Estado, confirmado na prática e no reconhecimento de outras redes afins.

O tecno-xamã se insurge no imaginário das redes de cultura livre que atuam com arte, comunicação e tecnologia, como uma figura de mediação entre técnica e intuição, política e estética, matéria e espírito. É um mito contemporâneo de origem desconhecida, que representa um paradoxo compartilhado por todos, que é o uso da tecnologia digital e a criação.

A tecnologia digital é uma linguagem, e a radicalidade de uma linguagem é sua condenação à perpétua reinvenção de si mesma pela prática cotidiana. Nesse sentido, o tecno-xamã concentra esse paradoxo como plano de resolução onde as possibilidades míticas se atualizam em invenção de si, através de escolhas entre possibilidades conhecidas de evidente eficácia simbólica, atualizadas a partir do uso de diversos dispositivos disparadores de novas subjetividades e experiências — como poderia ser um trabalho de DJ que produz imersão sonora, ou um uso intoxicante de gel de testosterona sintética⁶, pois ambos se utilizam de uma técnica para desnaturalizar a produção de ambiente, de corpo, de política e estética.

O tecno-xamã interpreta o mito do tempo e da natureza, colocando em xeque a calculabilidade do tempo capitalista (*time is money*); é o movimento do devir inundando os condomínios fechados da representação, da imagem de segurança de um ciborgue protegido e vigiado. Ele faz um apelo à natureza no seu estado puro, ao mesmo tempo em que provoca o nascimento do novo homem, que vê na técnica não um inimigo, nem um escravo, mas um sujeito transformador do próprio entendimento do que é a natureza. Essa transmutação, no entanto, não deixa de ser ctônica, imanente; ela participa na produção de um imaginário sociotécnico que vai no sentido oposto aos mitos de rebelião dos robôs-escravos, ao sentido de vigilância total a partir do controle do grande irmão. O tecno-xamã é o maestro que põe em relação a orquestra de ciborgues, a orquestra de organismos que incluem as multidões *queers*, que não sabem exatamente a que gênero pertencem, nem em que políticas de identidade, classe, cultura, deveriam se enquadrar.

O tecno-xamã é contra a política de enquadramento, porque sua cura não propõe o restabelecimento de um plano fixo, pressuposto por um léxico psicopatológico, porque ele vê um problema ou uma doença sempre a partir do ambiente em que o corpo está submerso. É uma série de afecções que envolvem um corpo, esse entorno determina pontos fracos para fazer sua aparição. A ultra-segmentação de um corpo social, ou de um corpo orgânico, torna-se então obsoleta. O que mais importa é a apropriação do conhecimento sobre o corpo. Medicina, nesse sentido, é um tratamento de corpo que se recicla, que é conhecido por si mesmo. As técnicas de cura podem ser difundidas. Utilizadas. A reciclagem curativa é tirar o elemento do seu ciclo atual e devolvê-lo a um campo de vitalidade.

6 Preciado, Beatriz, *Testo Yonqui*, Espasa, Madrid 2008

A vidência que expressa o tecno-xamanismo está tomada por todas essas verdades, em um contexto de esgotamento de recursos e imaginários que envolve o projeto industrial dos séculos XIX e XX, e de desenvolvimento medido por ritmos de aumento de salários face ao consumo de frangos e iogurtes. Ela opera num recorte entre um real decadente e uma realidade potente cheia de possibilidades. Como mito contemporâneo, o tecno-xamanismo restitui a possibilidade de mágica da vida, fora dos nichos da produtividade e do reconhecimento.

Para Terminar

É notório que as três performances textuais (mendigos, piratas, videntes) escolhidas para falar sobre o universo das redes de arte, comunicação e tecnologia, se entrecruzam todo o tempo e clamam por outras companhias, já que se sabem precárias, desajustadas, ineficientes. Não bastam para demonstrar as riquezas produzidas num universo de redes. Entretanto, elas apontam três estados de existência que nos mobilizam devido a sua radicalidade. Não pretendem individualizar-se a ponto de definirem papéis aos ativistas/militantes das redes, nem tampouco tornarem-se ícones de comportamento, muito menos padrão de moralidade e conduta. A tentativa aqui foi exatamente provocar um distanciamento da análise sociológica ou psicológica dos processos coletivos, e fazer jorrar impurezas de joio em platôs pouco condescendentes, que explicitam valores e práticas comuns a piratas e oportunistas. É um baile de máscaras, onde a máscara possibilita expressar coisas, que sem ela, não seriam jamais expressas.

* Fabiane Borges é doutoranda no Núcleo de Estudos da Subjetividade. Pesquisa arte, comunicação e tecnologia. Ensaísta, produz eventos imersivos de caráter político e festivo como ACMSTC, Integração de Posse, Subdialogias. É ativista de rádio livre.

* Thiago Novaes é bacharel em Ciências Políticas, atua em pesquisa e implementação de rádios de baixa potência, com traduções e artigos sobre o tema (<http://blogs.metareciclagem.org/novaes/>). É conselheiro da Ong Des). (Centro e membro do coletivo Rádio Muda desde 1997. Faz mestrado em Antropologia Social.